

APRESENTAÇÃO

O acirramento das relações internacionais a que assistimos hoje no palco da geopolítica mundial parece ter como protagonista o desaforado, autoritário e sanguinário presidente estadunidense, o qual patrocina genocídios, inventa guerras e afronta a soberania de países vizinhos e distantes, numa demonstração de imperialismo despudorado talvez nunca vista antes. Mas a fulanização da história e as explicações fáceis que ela gera não apontam bom caminho para uma compreensão mais acurada da realidade que nos cerca.

A trilha da economia política, e sobretudo da radicalização resultante da crítica de Marx, nos obriga a esquadrihar o fenômeno de modo sistêmico, levando-nos a perceber que, menos do que a causa principal deste desacerto planetário geral – que, ingênua ou esperançosamente, muitos imaginaram não mais se veria – Trump é sintoma de um sistema socioeconômico agônico, mas cuja agonia pode se estender ainda por muito tempo, espalhando suas mazelas mundo afora. As mais de quatro décadas de neoliberalismo nos quatro cantos do globo aprofundaram as contradições imanentes do sistema, gerando crises e ameaças de toda ordem: social, econômica, bélica, ambiental, tecnológica, nuclear.

Os artigos deste número da *Revista da SEP* examinam contradições sistêmicas típicas da atual quadra histórica. A primeira delas, onipresente e de consequências cada vez mais funestas, estampa a crise ambiental. Não é preciso ser versado em economia política para observar que os resultados frustrantes dos inúmeros protocolos e acordos internacionais

firmados em torno, por exemplo, do aquecimento global e da emissão de gases de efeito estufa devem-se ao assombroso poder dos interesses materiais (leia-se, do grande capital), que há décadas se levantam como obstáculos intransponíveis. Na periferia do sistema, num país de dimensões continentais como o Brasil e com papel de tamanho destaque nessa problemática, a contradição entre cuidar do planeta e lucrar toma a forma do ascenso do neoextrativismo e do avanço do agronegócio sobre áreas que deveriam ser preservadas (como o sabem, aliás, dolorosamente, os povos originários, continuamente ameaçados).

O resultado disso é que nossa balança comercial biofísica, dada pela diferença entre importações biofísicas e exportações biofísicas – categorizadas em biomassa, combustíveis fósseis, minerais metálicos e minerais não-metálicos – vai se tornando mais e mais deficitária. A partir da abordagem do *Material Flow Accounting*, Anderson Araújo e Daniel Caixeta investigam mais de cinquenta anos de nossa balança comercial (de 1971 a 2023) para concluir que, ao longo de todo esse período, independentemente de ciclos econômicos e das orientações ideológicas distintas de diferentes governos, foi se consolidando no Brasil um padrão de intercâmbio desigual de recursos materiais, ecologicamente reprovável e profundamente deletério. No país das *commodities*, a dilapidação de seus recursos naturais e o fracasso ambiental-ecológico correm em paralelo ao sucesso econômico.

A segunda contradição que ocupa lugar de destaque neste número tem que ver com a questão tecnológica. Concentrando sua análise no setor de serviços e nas polêmicas que seu crescimento gera desde pelo menos os anos 1970 – quando se começa a falar em uma “era pós-industrial” – Marcela Emediato e Leonardo de Deus revisitam o debate em torno do imaterial e da economia do conhecimento, caminhando da ascensão das tecnologias de informação e comunicação (TICs) cinco décadas atrás à economia de plataforma e à inteligência artificial que hoje vivenciamos. Denunciam, antes de tudo, o enorme fetiche provocado pelo avanço da tecnologia, que, na maioria das análises, parece ganhar vida própria, independente do sistema

econômico que o impulsiona. Para os autores, deixa-se de perceber tendências importantes do capitalismo contemporâneo que as transformações do setor de serviços evidenciam, como a criação constante de novas mercadorias e processos de trabalho e a potencialização da capacidade do capital de organizar e reger uma infinidade de trabalhos diversos e dispersos.

E é precisamente o assim chamado mundo do trabalho que fornece material à exploração de nova contradição. O nome do fenômeno sobre o qual se debruçam Amanda Antonette e Renata Cunha já configura, de per si, um evidente contraste: o microempreendedor individual, conhecido como MEI. Procedendo a balanço dos quase vinte anos de implantação do regime MEI no país, as autoras procuram demonstrar como sua expansão está conectada ao aumento da precarização e do trabalho flexível trazidos pelo binômio neoliberalismo-financeirização, bem como à individualização dos custos e riscos da reprodução social. Assim, concluem elas, se por um lado representa mecanismo que proporciona acesso a direitos como a previdência social para trabalhadores antes deles excluídos, o regime MEI também consagra essa relação ambivalente, além de transferir a responsabilidade da proteção social aos próprios trabalhadores, sem garantir-lhes os direitos trabalhistas típicos do vínculo formal.

É em meio a cenário tão cheio de antinomias que Elohá Brito e Cristina Cacciamali propõem-se estudar os parâmetros da mobilidade social em nosso país, investigando, para o período 2016-2023, a chance que têm indivíduos com 14 anos ou mais de encontrar ocupação considerada de classe média. As autoras observam que, muito longe de remeter apenas a mérito individual, o que define tal eventualidade são fatores estruturais, como nível educacional e perfil produtivo — variável esta última, como se sabe, que caminhou na mão contrária no Brasil no período assinalado, marcado pelo processo de desindustrialização precoce. Alertam então para a importância do papel ativo do Estado, não só na implementação de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade, senão sobretudo na promoção de mudanças na estrutura produtiva que ampliem a participação

relativa de setores de maior dinamismo e intensivos em mão de obra qualificada. O artigo toca assim indiretamente num ponto nevrálgico quando se estuda o desenvolvimento deste país periférico: o descompromisso de suas elites, incapazes de guarnecer o Estado das condições mínimas a fim de ultrapassar a condição de país extrativista de que nos fala o primeiro artigo deste número.

Mas isso não é privilégio do Brasil. Em vários países latino-americanos, grandes empresários e proprietários de terras exercem de variadas formas diversos mecanismos de pressão (por exemplo, ocupando cargos governamentais ou utilizando o poder de associações empresariais) para conformar a seus interesses agendas fiscais e trabalhistas. Impõem assim enormes dificuldades aos Estados para implantar políticas públicas e medidas redistributivas, por singelas que sejam. É isso o que descortina o conjunto das pesquisas constante do livro *Élites económicas e influencias en América Latina: metodologías de investigación y claves para su estudio*, uma coletânea de artigos organizada pelas pesquisadoras Marina Mendoza e Inés Nercesian, publicada em Buenos Aires em 2023, e resenhada neste número por Ethieny Bica. Eis uma constante que se repete na América Latina: a poderosa influência das elites econômicas na manutenção do atraso relativo de seus países, impedindo que transitem para estágio mais avançado de desenvolvimento.

Os movimentos de transição do processo de acumulação dentro do regime do capital, que facultariam, por exemplo, (para utilizar termo antigo) o *catch up* das economias ainda não desenvolvidas, constituem não apenas complexos fenômenos históricos, mas se afiguram também objeto de intensos debates e polêmicas no âmbito teórico. Isto é claramente ainda mais verdadeiro, quando se trata de um movimento para fora do regime do capital. Nesse sentido, Tiago Camarinha revisita a polêmica teoria da transição ao socialismo e ao comunismo do economista e diplomata polonês Oskar Lange. Escrutinando o texto intitulado *On the Economic Theory of Socialism*, publicado em duas partes em 1936 e 1937, Camarinha defende que a obra

busca uma invulgar síntese entre o arcabouço da teoria neoclássica, com seus desenhos de equilíbrio, e a economia política marxista, com sua complexidade dialética. Para ele, tal tentativa, por inusitada que seja, deveria ensejar mais estudo e reflexão não-dogmáticos que considerem tanto a obra bibliográfica completa de Lange quanto sua trajetória política de militante comunista.

E é de militância teórica socialista, comunista e marxista que abordam as duas últimas peças deste número. No ensejo da aposentadoria do Prof. João Antônio de Paula como titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face-UFMG), David Gomes oferece breve síntese de algumas das ideias-motriz, todas de fundamentação marxista, que operam no robusto pensamento do notável mestre, o qual constitui hoje referência inelutável para quem busca entender o capitalismo contemporâneo e o lugar periférico que ocupamos. Gomes adverte, no entanto, desde o início, que esse pensamento vigoroso nunca aparece desvinculado da práxis que, apesar de tudo, insiste em acreditar que outra sociedade é possível, procurando preencher as incompletudes da obra de Marx frente à concretude perversa de nosso tempo e os desafios que ele nos apresenta.

Já Thiago Nogueira dos Santos e Wallas Mattos resenham livro publicado em homenagem ao Prof. Paulo Nakatani, ilustre professor e pesquisador de teoria marxista e um dos fundadores de nossa entidade, a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Organizado por Pedro Rozales, Aline Faé Stocco e André Dardengo, o livro *Paulo Nakatani e a Crítica da Economia Política na Periferia do Capitalismo* (São Paulo: Expressão Popular, 2024) celebra sua trajetória intelectual aliada à incansável militância política. Compilando artigos de vários autores, a obra detalha sua contribuição fundamental para a chamada Escola de Vitória, destacando o desenvolvimento teórico em torno das categorias do dinheiro, do crédito e do capital fictício. Os autores sublinham a forma rigorosa com a qual Nakatani aplicou o pensamento marxista no exame dos fenômenos contemporâneos como a financeirização, a crescente importância da dívida pública e os processos

de transição socialista em países como Cuba e China. Seu compromisso inabalável com as transformações sociais na periferia do sistema capitalista também fica evidente, como no caso da própria SEP, na construção de instituições de ensino e pesquisa comprometidas com a crítica do sistema capitalista e das teorias que o sustentam.

Por fim, fecha o presente número a *Carta do Rio de Janeiro*, aprovada pela assembleia geral da SEP, reunida no XXXI Encontro Nacional de Economia Política (Enep) ocorrido nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) entre 9 e 12 de junho deste ano. A Carta celebra as três décadas de existência de nossa entidade, lembrando os debates e reflexões que foram produzidos em 30 Enep's e nos 74 números de nossa revista, observando e discutindo com olhar crítico os fenômenos que foram se sucedendo neste período tão conturbado da história. No instante em que emergem novos desafios, como a ressurgência de um fascismo ativo, a Carta conclama seus associados a seguir na trilha da reflexão crítica, sem esquecer a importância da práxis cotidiana no projeto de transformação da sociedade.

Esperamos que a presente edição, de número 75, contribua não só para o fortalecimento desta entidade acadêmica/política/militante, mas sobretudo sirva de inspiração para fomentar a resistência aos tempos obscuros que atravessamos.

Boa leitura!